

RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.470 - RJ (2019/0119355-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : MAPFRE VIDA S/A
ADVOGADO : DANIEL MATIAS SCHMITT SILVA - RJ103479
RECORRIDO : PAULO HENRIQUE PINTO RIBEIRO
ADVOGADO : PEDRO DE LIMA BANDEIRA - RJ150353

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MAPFRE VIDA S.A. com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"Agravamento Interno. Art. 1.021, caput do C.P.C. Decisão monocrática não conhecendo da Apelação, com fundamento no inciso III do artigo 932 do CPC.

I - Embargos à Execução Extrajudicial. Seguro de Vida Coletivo. Improcedência.

- Apelação interposta desprovida do preparo integral. Instada a complementar as custas processuais, como certificado pela Serventia de Primeiro Grau, da qual a Recorrente teve ciência, pois constou no R. Despacho deste Relator, ela o fez sem a dobra prevista no § 4º do artigo 1.007 da Lei de Ritos Civil.

II - Concessão de um novo prazo para regularizar as custas. Impossibilidade. Vedação imposta pelo § 5º do artigo 1.007 do CPC/15.

III - Deserção evidenciada. Negado Provimento" (e-STJ fl. 288).

A recorrente alega violação do artigo 1.007, § 2º, do Código de Processo Civil. Sustenta, em síntese, que deve ser afastada a deserção, pois no caso de insuficiência do valor do preparo a diferença deve ser paga da forma simples.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Eis a letra do acórdão recorrido transcrito no que interessa à espécie:

"(...) conforme se depreende da certidão cartorária de fl. 210, a Agravante não recolheu o preparo alusivo ao manejo da Apelação integralmente, já que as custas referentes ao porte de remessa e de retorno se encontravam incompletas, o que motivou o R. Despacho de fl. 228 deste Relator, instando à Apelante a recolher a devida complementação, na forma do § 4º do art. 1.007 do Digesto Processual Civil, por intermédio do Provimento Judicial com o seguinte teor (fl. 226),

Superior Tribunal de Justiça

in litteris:

Frente à certidão de fl. 210, providencie a Apelante no prazo de 05 (cinco) dias, a complementação do preparo do recurso, na forma do § 4º do artigo 1.007 do NCPC, sob pena de deserção. (negrito nosso).

Assim, observando-se o R. Despacho antes transcrito, ao Contrário do que alegada a Agravante, fácil é perceber que ela teve ciência da certidão cartorária nesta sede recursal, tanto que complmentou o preparo, mas sem a dobra prevista no dispositivo alhures citada, (...)" (e-STJ fl. 290).

Tal posicionamento está em dissonância com a jurisprudência desta Corte firmada no sentido de que deixando a parte de recolher o preparo será intimado para recolhimento em dobro, mas em caso de recolhimento a menor a parte será intimada para complementação na forma simples, em cinco dias, sob pena de deserção.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. RECOLHIMENTO A MENOR DO PREPARO DA APELAÇÃO. DESPACHO DETERMINANDO RECOLHIMENTO EM DOBRO. PEDIDO PARA RECOLHIMENTO NA FORMA SIMPLES. CABIMENTO. DECISÃO RECONSIDERADA EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO. RECURSO PROVIDO.

1. (...).

2. De fato, no caso em exame o despacho do magistrado de piso reconhece que o caso é de complementação e não de falta de preparo asseverando que 'compulsando os autos, verifico que as custas de apelação foram recolhidas a menor'.

3. Em que pese tenha havido a determinação para recolhimento em dobro o despacho do magistrado a quo não seguiu a dicção da atual norma processual - art. 1007 - que diz que deixando a parte de recolher o preparo será intimado para recolhimento em dobro, mas se recolhido a menor será intimado para complementação, em cinco dias, sob pena de deserção.

3. Agravo interno provido, em juízo de retratação, para dar provimento ao recurso especial para possibilitar a agravante o recolhimento do preparo na forma simples"

(AgInt no REsp 1.721.964/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 26/6/2018, DJe 1º/8/2018).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para afastando a deserção determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que proceda ao julgamento da apelação.

Publique-se. Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator